R E V I S T A
ESPAÇO
n. 65
período jUL-DEZ
ano 2026

# DE "FARDO INÚTIL" A "CIDADÃO ÚTIL": REPRESENTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO DE SURDOS NOS RELATÓRIOS DO INES (1870-1871)

*From "useless burden" to "useful citizen": representations of deaf people's education and work in the INES reports (1870-1871)*



**Renato Tadeu da Silva**[1]





**Fernanda Beatriz Caricari de Morais**[2]

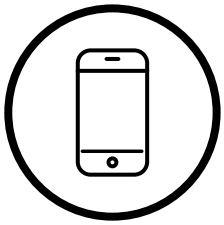


[1] Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; renatotadeu39@gmail.com.
[2] Academia da Força Aérea; Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; fernandacaricari@gmail.com.


*https://doi.org/10.20395/revesp.2026.65.1.170-183*
Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

**RESUMO**
Este artigo analisa como os relatórios do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (1870-1871), escritos por Tobias Rabello Leite, constroem representações sobre a educação de surdos e sua formação para o trabalho no Brasil Império. A relevância da proposta está em revelar como essas representações foram discursivamente produzidas em documentos institucionais, a partir da perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, que permite examinar escolhas lexicais e gramaticais. Inicialmente, investiga-se o contexto de cultura e de situação do Brasil Imperial, considerando a sociedade escravocrata. A análise evidencia que os relatórios representam o surdo como sujeito passivo e a educação como meio de transformar o "fardo inútil" em "cidadão útil", visando à inserção em um lugar produtivo definido socialmente. A linguagem dos relatórios materializa uma ideologia de utilidade produtiva e controle social, em contraste com perspectivas contemporâneas de educação bilíngue, que reconhecem a surdez como diferença linguística e cultural e o surdo como sujeito de direitos.
**Palavras-chave:** Educação de surdos; Linguística Sistêmico-Funcional; Análise Crítica do Discurso; Imperial Instituto dos Surdos-Mudos; Surdez no Brasil Imperial

**ABSTRACT**
This article analyzes how the reports of the Imperial Institute for the Deaf-Mute (1870–1871), written by Tobias Rabello Leite, construct representations of deaf education and vocational training in Imperial Brazil. The relevance of this study lies in revealing how such representations were discursively produced in institutional documents, from the perspective of Systemic Functional Linguistics, which enables the examination of lexical and grammatical choices. Initially, the study investigates the cultural and situational context of Imperial Brazil, considering its slaveholding society. The analysis shows that the reports represent deaf people as passive subjects and education as a means of transforming the "useless burden" into a "useful citizen," aiming at their insertion into a socially defined productive role. The language of the reports materializes an ideology of productive utility and social control, in contrast to contemporary perspectives on bilingual education, which recognize deafness as a linguistic and cultural difference and deaf people as subjects of rights.
**Keywords:** Deaf education; Systemic-Functional Linguistics; Critical Discourse Analysis; Imperial Institute for the Deaf-Mute; Deafness in Imperial Brazil



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O QR CODE AO LADO OU O LINK**
*https://youtu.be/Mlq8nRxfYqI?si=MPcaI3qqCH96vWpR*

## INTRODUÇÃO

Os relatórios anuais do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), elaborados por Tobias Rabello Leite nos anos de 1870 e 1871, constituem documentos relevantes para a compreensão das representações historicamente construídas sobre a pessoa surda no Brasil Imperial. Embora se apresentem como registros administrativos destinados à prestação de contas às autoridades do Império, esses textos ultrapassam a função burocrática e materializam um projeto educacional específico, no qual a educação de surdos é articulada à formação para o trabalho e à utilidade social. Conforme aponta Solange Rocha (2018), tais relatórios marcam a consolidação institucional do Instituto sob a gestão de Leite e evidenciam a articulação entre discursos pedagógicos e políticos na constituição de concepções sobre a surdez no século XIX.

Os documentos analisados foram produzidos em um contexto histórico marcado por uma sociedade escravocrata, hierarquizada e orientada por um projeto de modernização conduzido pelas elites imperiais. Nesse cenário, a valorização da produtividade atravessava as políti-

https://doi.org/10.20395/revesp.2026.65.1.170-183
Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

cas públicas e educacionais, influenciando a forma como a educação de surdos era concebida. Longe de ser entendida como um direito, a educação aparece nos relatórios como meio de transformar indivíduos considerados improdutivos em trabalhadores úteis à sociedade, articulando educação, trabalho e cidadania a partir de uma lógica de inclusão subordinada.

Diante desse quadro, este artigo busca responder à seguinte questão de pesquisa: de que maneira os relatórios do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, produzidos entre 1870 e 1871, constroem, por meio das escolhas linguísticas, representações sobre a educação de surdos e sua formação para o trabalho no Brasil Império? O interesse do estudo incide, sobretudo, sobre os processos discursivos que sustentam e naturalizam determinadas representações sobre a pessoa surda e seu lugar social.

Para a realização da análise, adota-se como referencial teórico-metodológico a Linguística Sistêmico-Funcional, que compreende a linguagem como um recurso para a construção de significados em contextos sociais específicos. A partir dessa perspectiva, examinam-se as escolhas linguísticas presentes nos relatórios, considerando o contexto de situação de sua produção e o contexto de cultura do Brasil Imperial. Verifica-se ainda uma ideologia que se liga ao "modelo de cidadania" adotado nos relatórios e ao "lugar social pré-determinado" indicado ao surdo nesse período.

Nesse sentido, estabelece-se como objetivo geral analisar de que modo os relatórios de Tobias Rabello Leite (1870-1871) constroem representações sobre a educação de surdos e sua formação para o trabalho no Brasil Império. Como objetivos específicos, busca-se: a) explorar os eixos temáticos de educação e trabalho nesses relatórios, identificando as principais representações construídas sobre a pessoa surda e mapeando os recursos linguísticos utilizados para sustentar estas representações; b) analisar criticamente as expressões e construções discursivas empregadas nos relatórios, utilizando os pressupostos da Linguística Sistêmico--Funcional (Halliday; Matthiessen, 2004, 2014) para revelar como as escolhas linguísticas constroem significados específicos sobre educação, trabalho e cidadania; c) examinar as ideologias subjacentes aos discursos analisados, utilizando a perspectiva da LSF para identificar como as representações da pessoa surda se articulam com projetos políticos e sociais do Brasil Imperial; e d) contrastar o modelo de formação proposto pelo INES no Brasil Império com as perspectivas contemporâneas de educação de surdos, identificando continuidades e rupturas nas representações sobre a pessoa surda e sua inserção social.

O recorte da pesquisa concentra-se nos relatórios elaborados por Tobias Rabello Leite nos anos de 1870 e 1871, período em que o Instituto buscava legitimar suas práticas pedagógicas junto ao Estado. A análise se concentra nos eixos da educação e do trabalho, investigando quais sentidos são atribuídos à formação educacional e profissional dos surdos à época.

A relevância deste trabalho reside na contribuição para os estudos históricos sobre a educação de surdos no Brasil, ao analisar documentos institucionais sob uma perspectiva linguístico-discursiva. Além disso, a aplicação da Linguística Sistêmico-Funcional a relatórios do século XIX permite evidenciar o papel da linguagem na legitimação de projetos educacionais e sociais, contribuindo para a reflexão sobre continuidades e rupturas nas representações sobre a pessoa surda.

## Contexto histórico-institucional da educação de surdos e da atuação de Tobias Leite no século XIX

O contexto social do Brasil Imperial oferece elementos fundamentais para compreender as representações construídas nos relatórios de Tobias Leite. O Primeiro Censo Nacional, realizado em 1872, revelou uma sociedade com 9.930.478 habitantes, dos quais 82% eram analfabetos e 15,2% viviam em condição de escravidão (Westin, 2022). O Censo Geral do Império,


*https://doi.org/10.20395/revesp.2026.65.1.170-183*
Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

realizado no mesmo ano, registrou 11.719 pessoas classificadas como “surdos-mudos”, sendo 10.401 entre a população livre e 1.318 entre a população escravizada (Brasil, 1876). Esse registro demonstra que já havia, no período, dados estatísticos oficiais sobre essa população. No âmbito institucional, os registros do próprio Instituto indicam que, em 1858, estavam matriculados apenas 19 alunos distribuídos por diferentes províncias do Império (Rocha, 2018, p. 19), números que revelam tanto as limitações estruturais da época quanto a novidade que representava a educação formal de surdos no Brasil.

Com base na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), é produtivo interpretar os relatórios dessa época sobre o INES a partir dos conceitos de contexto de situação, que se refere às circunstâncias imediatas em que os textos foram produzidos, e contexto de cultura, o qual abrange os sistemas de significados compartilhados por uma comunidade (Halliday; Matthiessen, 2014). O contexto de situação dos relatórios de Tobias Leite caracterizava-se pela necessidade de prestar contas ao governo imperial, demonstrar a eficácia das práticas educacionais e justificar os investimentos públicos na instituição. No que se refere ao contexto de cultura do Brasil Imperial, pode-se dizer que ele era marcado por uma sociedade hierarquizada, fundamentada no trabalho escravo, mas em processo de modernização. Valorizava-se a produtividade, a utilidade social e a transformação de sujeitos marginalizados em trabalhadores produtivos, uma dinâmica que Marilda Cavalcanti (1999) analisa em seus estudos sobre a invisibilidade de minorias no Brasil.

Essa realidade ganha contornos ainda mais significativos quando consideramos que o regimento interno do Instituto proibia a matrícula de alunos escravos, destinando a educação aos “pobres brancos e livres” (Rocha, 2018, p. 16). Assim, a educação de surdos estava inserida nas hierarquias sociais e raciais da época, funcionando como parte de um projeto mais amplo de modernização que buscava qualificar determinados segmentos da população. Por volta de 1860, as disciplinas oferecidas no INES com foco no ensino da linguagem eram: “Leitura Escrita”, “Português” e “Francês”. Ainda havia matérias como Doutrina Cristã, Aritmética e Desenho Linear (Rocha, 2018), evidenciando desde o início a preocupação com a formação tanto intelectual quanto moral e profissional dos alunos.

O Instituto foi fundado em 1857 pelo educador francês Edouard Huet, sob o patrocínio do Imperador Dom Pedro II, constituindo a primeira iniciativa sistemática de educação de surdos no Brasil. Quando Tobias Leite produziu seus relatórios em 1870 e 1871, a instituição já possuía mais de uma década de funcionamento e se consolidava como referência nacional em educação de surdos. Seus relatórios inseriram-se no contexto internacional da educação de surdos, época em que existiam “quase 400 instituições” distribuídas pelos cinco continentes, com debates acirrados entre diferentes metodologias pedagógicas (Rocha, 2018, p. 15). No entanto, a especificidade brasileira residia na forma como esses debates se articulavam com as estruturas sociais do Império e com um projeto de modernização que tinha na produtividade e na utilidade social seus valores centrais.

Tobias Rabello Leite (1827-1896), autor dos relatórios analisados, foi médico sanitarista natural de Sergipe, formado em 1849 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Antes de assumir a direção do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos em 1868, Leite já possuía reconhecimento científico como pioneiro na identificação da febre amarela no Rio de Janeiro e experiência política como Deputado por Sergipe na Assembleia Geral (1857-1860). Sua formação médica e atuação sanitarista influenciaram profundamente sua abordagem educacional, conferindo aos relatórios um caráter técnico-científico que buscava legitimar as práticas institucionais através de argumentos baseados em eficiência, produtividade e utilidade social (Rocha, 2018, p. 23).

Durante seus 28 anos de gestão (1868-1896), Leite consolidou o Instituto como referência nacional em educação de surdos, atravessando a transição do Império para a República e


Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

produzindo extensa obra intelectual sobre pedagogia especializada. Sua trajetória profissional e intelectual posiciona-o como figura central na institucionalização da educação especial no Brasil, fazendo de seus relatórios documentos privilegiados. Segundo Rocha (2018, p. 50), os pareceres sobre educação de surdos do século XIX, mesmo sendo discordantes, evidenciam uma transformação na mentalidade da época, na qual a perspectiva assistencialista baseada na caridade foi gradualmente substituída pelo objetivo de formar cidadãos úteis à sociedade.

No contexto institucional, os relatórios de Tobias Leite tinham objetivos específicos que transcendiam a simples prestação de contas. Eles funcionavam como instrumentos de legitimação das práticas educacionais, demonstração da eficácia dos métodos empregados e justificativa dos investimentos públicos na educação de surdos. Mais do que isso, os relatórios articulavam um projeto educacional que conectava educação, trabalho e cidadania, apresentando o surdo educado como um investimento rentável para o Estado e uma solução para questões sociais mais amplas. Essa perspectiva se inseria no projeto de modernização do Brasil Imperial, que buscava transformar grupos marginalizados em trabalhadores produtivos e cidadãos úteis à sociedade.

## A transformação do “fardo social” em “cidadão útil”

A compreensão dos relatórios de Tobias Leite sobre o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos exige reconhecer o contexto histórico e ideológico em que esses documentos foram produzidos. Embora se apresentem como registros administrativos, os relatórios articulam discursos que refletem a organização social capitalista do século XIX, evidenciando como diferenças corporais e sensoriais eram convertidas em hierarquias produtivas. Assim, antes da análise linguística, torna-se necessário compreender como esses textos se inserem em um projeto de sociedade que classificava os sujeitos segundo sua utilidade para a ordem econômica vigente.

Na perspectiva marxista, a sociedade capitalista estrutura-se a partir da divisão entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados, divisão que se desdobra em hierarquias sociais mais amplas, definindo lugares específicos para os sujeitos conforme sua capacidade de gerar lucro (Marx, 1974). Conforme analisa Frigotto (2002), essa lógica é naturalizada por mecanismos ideológicos que transformam desigualdades históricas em diferenças individuais, legitimando a distribuição desigual das oportunidades sociais. Nesse sentido, discursos educacionais e assistenciais, mesmo quando assumem caráter humanitário, operam em consonância com a necessidade do capital de converter sujeitos considerados improdutivos em recursos produtivos.

A distinção entre trabalho produtivo em sentido absoluto e trabalho produtivo em sentido capitalista, discutida por Marx (1974) e retomada por Frigotto e Ciavatta (2003), é central para compreender esse processo. No capitalismo, a produtividade é definida pela produção de mais-valia, e não pelo benefício coletivo. Essa lógica hierarquiza os sujeitos, privilegiando aqueles que podem se integrar plenamente ao processo produtivo e confinando outros a formas tuteladas de inclusão. Castel (1998) observa que esse movimento produz dispositivos de gestão das populações consideradas problemáticas, que oscilam entre exclusão e integração controlada. No Brasil Imperial, essa dinâmica articulava-se a um projeto de modernização conservadora, no qual as elites buscavam incorporar ideias de progresso sem romper com estruturas sociais hierárquicas (Carvalho, 2003).

É nesse contexto que se constrói a noção de cidadão útil. A formação de surdos para o trabalho manual não se configurava apenas como uma proposta pedagógica, mas como parte de uma estratégia que combinava inclusão limitada e manutenção da ordem social.


*https://doi.org/10.20395/revesp.2026.65.1.170-183*
Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

As teorias científicas do período, como o racismo científico e a medicina social analisados por Schwarcz (1993), ofereceram respaldo a essas práticas ao naturalizar desigualdades por meio de discursos sobre capacidades biológicas. Bourdieu (1989) explica que esse processo ocorre sobretudo por meio das instituições escolares, que convertem diferenças sociais em diferenças de competência. No caso da educação de surdos, essa operação manifesta-se na construção da surdez como limitação natural, legitimando posições subordinadas no mundo do trabalho. Como argumenta Canguilhem (2009), as distinções entre normal e patológico são construções sociais orientadas por valores históricos específicos.

Dessa forma, os relatórios de Tobias Leite não podem ser lidos como documentos neutros, mas como textos que participam da construção e da legitimação de determinadas representações sobre educação, trabalho e cidadania. Esses documentos mobilizam discursos que naturalizam a surdez como deficiência, definem a utilidade social do sujeito surdo com base em sua capacidade produtiva e reforçam uma lógica de inclusão subordinada, funcional à reprodução da ordem social. Compreender esse contexto é fundamental para que a análise linguística evidencie os mecanismos ideológicos materializados na linguagem dos relatórios.

Nesse ponto, a Linguística Sistêmico-Funcional constitui um referencial teórico-metodológico pertinente, pois compreende a linguagem como recurso para a ação social e defende que sua análise só se torna significativa quando relacionada ao contexto de uso (Fuzer; Cabral, 2014). A partir dessa perspectiva, os textos são entendidos como construções de sentido resultantes de escolhas léxico-gramaticais situadas historicamente, orientadas pelas metafunções ideacional, interpessoal e textual. Segundo a LSF, todo texto é determinado pelo contexto de situação e pelo contexto de cultura, que revelam as circunstâncias imediatas de produção, incluindo participantes, propósitos e condições institucionais, e as práticas socialmente compartilhados, que delimitam o que pode ser dito e como (Fuzer; Cabral, 2014). Essa distinção é especialmente relevante para a análise de documentos históricos, pois permite compreender como os relatórios de Tobias Leite refletem simultaneamente as demandas institucionais do Instituto dos Surdos-Mudos e as práticas culturais mais amplas do Brasil Imperial.

Ao considerar as variáveis campo, relações e modo, a LSF possibilita observar como as escolhas linguísticas materializam posicionamentos ideológicos. No caso dos relatórios analisados, essas escolhas constroem representações sobre normalidade, trabalho, cidadania e deficiência, moldadas pelo contexto histórico. Assim, a articulação entre o contexto histórico-ideológico dos relatórios e os pressupostos da LSF permite compreender como esses textos operam simultaneamente como registros administrativos e como instrumentos de produção de sentidos que legitimam práticas educacionais e políticas de inclusão tutelada no Brasil Imperial.

## Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e fundamenta-se na análise linguística de dois relatórios produzidos por Tobias Rabello Leite, apresentados ao Ministério do Império em 5 de abril de 1870 e em 1º de março de 1871. Esses documentos oficiais, de caráter público, foram produzidos no contexto do Brasil Imperial e registram práticas administrativas, concepções pedagógicas e representações sobre a educação e o trabalho de pessoas surdas no século XIX. A escolha desse corpus justifica-se por seu caráter institucional e autorizado, uma vez que os relatórios não apenas descrevem atividades do Instituto, mas também constroem e legitimam discursos que sustentavam as políticas educacionais voltadas às pessoas surdas, revelando concepções ideológicas sobre educação, trabalho, cidadania e lugar social desses sujeitos.


Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

A análise apoia-se na Linguística Sistêmico-Funcional, conforme proposta por Halliday (1994) e sistematizada para o português brasileiro por Fuzer e Cabral (2014). Essa abordagem compreende a linguagem como recurso de ação social e permite examinar como escolhas léxico-gramaticais constroem significados em contextos históricos específicos. A LSF tem se mostrado adequada para a análise de documentos históricos e institucionais por possibilitar a articulação entre forma linguística, contexto de produção e ideologia. No caso desses relatórios, essa perspectiva permite identificar como a linguagem participa da construção de representações sobre a educação profissionalizante e o trabalho como estratégias de inserção social controlada de pessoas surdas.

A investigação concentra-se nos eixos da educação, do trabalho e da cidadania, definidos a partir de leitura exploratória do corpus e da fundamentação teórica que compreende a educação profissional como mecanismo de inclusão subordinada de grupos marginalizados. A análise busca responder à questão de como a educação e o trabalho das pessoas surdas são representados linguisticamente nos relatórios, considerando que as escolhas linguísticas revelam posicionamentos ideológicos e funções sociais específicas.

Os procedimentos de análise envolveram a leitura sistemática dos relatórios e o mapeamento manual das ocorrências relacionadas aos eixos temáticos, considerando substantivos, verbos, adjetivos, circunstâncias e construções frasais. Em seguida, essas escolhas foram analisadas à luz das metafunções da linguagem, com atenção aos processos, aos papéis atribuídos aos participantes e às circunstâncias que constroem justificativas e legitimações. Por fim, a análise linguística foi articulada à fundamentação teórica, permitindo interpretar como os relatórios materializam e legitimam ideologias associadas à utilidade produtiva e à inclusão tutelada, situando essas representações no contexto de cultura do Brasil Imperial e evitando leituras anacrônicas.

## Análise e discussão dos resultados

Nesta seção, colocamos em prática a metodologia descrita anteriormente para analisar como os eixos educação e trabalho são evidenciados nos relatórios de Tobias Leite de 1870 e 1871. A análise parte do inventário léxico-gramatical construído a partir dos relatórios e aprofunda-se no exame das escolhas linguísticas (processos, participantes e circunstâncias) para revelar os discursos ideológicos subjacentes.

### Contexto de situação e de cultura dos relatórios

Na perspectiva da LSF, nenhum texto pode ser compreendido fora de seu contexto. Assim, os relatórios de Tobias Leite são produtos diretos de seu tempo e de sua função, e a análise de seus significados depende da compreensão desses dois níveis. No contexto de situação, os relatórios de Tobias Leite configuram-se como documentos administrativos produzidos no âmbito de uma relação formal e hierárquica entre o diretor do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Trata-se de textos oficiais nos quais o autor presta contas das atividades institucionais, justifica despesas e busca legitimar suas propostas de reforma, ampliação de recursos e organização do ensino. Embora se coloque como subordinado na hierarquia estatal, Tobias Leite constrói discursivamente sua posição como autoridade técnica no campo da educação de surdos, utilizando o gênero relatório não apenas para informar, mas também para argumentar e persuadir o poder público acerca da importância e da produtividade do Instituto. A linguagem escrita, formal e institucional assume, assim, papel central na sustentação de decisões administrativas e políticas.

Esse contexto imediato articula-se ao contexto de cultura do Brasil Imperial do século


*https://doi.org/10.20395/revesp.2026.65.1.170-183*
Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

XIX, marcado por uma sociedade agrária, escravocrata e profundamente hierarquizada. Nesse cenário, as elites buscavam promover um projeto de modernização que não rompia com as estruturas sociais vigentes, mas incorporava a formação de uma mão de obra nacional disciplinada e produtiva. O trabalho era concebido como valor moral e econômico central, e a utilidade produtiva funcionava como critério fundamental de valoração dos indivíduos. As pessoas com deficiência eram frequentemente representadas por discursos que combinavam caridade e controle, sendo vistas como fardos sociais que precisavam ser regenerados e tornados úteis à ordem econômica. É nesse quadro que os relatórios de Tobias Leite se inscrevem, articulando educação, trabalho e cidadania a partir de uma lógica de inclusão tutelada, alinhada às necessidades do Estado e à reprodução das hierarquias sociais do período.

Este contexto cultural explica por que o discurso de Leite é tão focado na transformação do surdo em um "cidadão útil". Suas propostas não surgem de um vácuo, mas refletem e reforçam os valores dominantes de sua época. A escolha da agricultura como a profissão ideal para o surdo, por exemplo, só faz sentido quando entendida dentro de um contexto cultural que valorizava a produção agrícola acima de tudo. A análise que se segue, portanto, procura demonstrar como esses dois contextos se materializam nas escolhas léxico-gramaticais de Tobias Leite, revelando como a linguagem foi usada para construir e legitimar um lugar específico para o surdo na sociedade da época.

## O relatório de 1870: entre a missão civilizatória e o fantasma da ociosidade

A análise do relatório de 1870 revela que o discurso sobre a educação dos surdos se constrói em torno de dois polos principais: a prestação de contas burocrática e a justificação de uma missão civilizatória e moralizante. Ao identificar os processos verbais empregados, percebe-se que a agência é predominantemente atribuída ao Instituto e a seus representantes (o diretor, os professores), enquanto os alunos surdos são majoritariamente posicionados como receptores passivos ou objetos da ação (participantes).

Os verbos de ação (representados por processos materiais) frequentemente descrevem atos administrativos e pedagógicos realizados pela instituição:

1) "[...] *tiverão lugar* [...] *os exames publicos e a distribuição de premios*" (1870, p. 1).
2) "[...] *mandei imprimir as lições de Arithmetica prática*" (1870, p. 2).
3) "[...] *traduzindo e mandando imprimir os Contos moraes*" (1870, p. 2).

Nesses exemplos, o Instituto (ou seu diretor, falando em nome dele) é o ator que executa as ações. Os alunos aparecem como beneficiários ou alvos, mas não como agentes. A própria educação é um processo que "tem lugar" por iniciativa da instituição.

No que se refere aos processos relacionais, eles são usados para definir o status e a condição dos alunos e da própria instrução:

4) "*O sentimento religioso é innato no surdo-mudo*" (1870, p. 2).
5) "[...] *a instrucção litteraria sem habito e habilitação para o trabalho é um dom quasi improficuo*" (1870, p. 2).

Aqui, Tobias Leite estabelece "verdades" sobre o surdo e sobre a educação, posicionando-se como a autoridade que detém o conhecimento e o poder de classificar. A educação é definida por sua utilidade (ou falta dela). As circunstâncias (de modo, causa, finalidade) também são cruciais para construir a justificativa ideológica do trabalho do Instituto. A finalidade da educação é explicitamente declarada como a transformação do surdo em um ser produtivo, alinhando-se à ideologia da "utilidade produtiva":

6) "[...] *para formar uma collecção de compendios e livros especiaes para o ensino da lingua portugueza*" (1870, p. 2).


Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

7) “[...] *para a regeneração de centenas de infelizes brazileiros* [...] *à triste condição de serem menos uteis que o mais infimo dos animaes domesticos*” (1870, p. 2).

Nesta última e poderosa construção, a educação é apresentada como um ato de “regeneração” que resgata o surdo de uma condição sub-humana (“menos uteis que... animaes domesticos”). A circunstância de finalidade revela o propósito civilizatório e moralizante da instituição, que visa não apenas instruir, mas “salvar” o indivíduo da sua condição de inutilidade.

O discurso sobre o trabalho nesse mesmo relatório é construído em oposição direta à ociosidade, que é associada a “vícios” e à inutilidade. O trabalho emerge como o complemento indispensável da educação, o único caminho para que a instrução literária não seja um “dom quasi improficuo”. A análise dos processos, nesse caso, revela que o trabalho é apresentado como uma solução para um problema social, mas o surdo raramente aparece como agente de sua própria profissionalização. Em relação aos processos materiais e existenciais, podem ser destacados os seguintes trechos:

8) “*Ainda não existe ensino profissional neste Instituto*” (1870, p. 2).

9) “[...] *a instrucção litteraria sem habito e habilitação para o trabalho é um dom quasi improficuo, e muitas vezes um mal para o surdo-mudo pobre, que, não tendo os meios de subsistencia que lhe pode grangear o trabalho, se entrega ao ocio e aos vicios que lhe são conseqüentes*” (1870, p. 2).

No primeiro exemplo, o processo existencial e a negação (“não existe”) posiciona o ensino profissional como uma lacuna a ser preenchida pela instituição. No segundo, a ausência do trabalho leva o surdo a um processo material negativo (“se entrega ao ocio e aos vicios”). A agência do surdo é limitada a uma ação passiva e negativa, consequência da falta de uma estrutura que o habilite para o trabalho.

Foram também identificados processos relacionais, como em: “a instrucção litteraria sem habito e habilitação para o trabalho é um dom quasi improficuo”. Esse processo define a instrução literária como inútil se não estiver atrelada ao trabalho. A identidade da educação é, portanto, construída em relação à sua capacidade de gerar um trabalhador. Isso reforça a ideia de que o valor do indivíduo (e de sua educação) está diretamente ligado à sua capacidade produtiva.

As circunstâncias de causa e condição, nesse relatório, são usadas para reforçar a urgência da profissionalização. Por exemplo: “não tendo os meios de subsistencia que lhe pode grangear o trabalho, se entrega ao ocio e aos vicios…”. A falta de trabalho é a causa direta da degradação moral e social do surdo. A circunstância condicional (“não tendo os meios…”) estabelece uma relação de causa e efeito que justifica a intervenção do Instituto. A solução para a “ociosidade” e os “vícios” não é uma questão de escolha individual, mas de uma estrutura que forneça os “meios de subsistência” através do trabalho.

Em suma, a análise inicial do eixo “Educação” no relatório de 1870 já aponta para a construção de um discurso que, sob o verniz da benevolência e do progresso, reforça o lugar pré-determinado do surdo como um sujeito a ser tutelado, moldado e tornado útil para a sociedade, confirmando as teses de Frigotto e Ciavatta (2003) sobre a educação para o capital. A análise do eixo “Trabalho”, por sua vez, revela que este é construído como um imperativo moral e econômico. É a única via para a redenção do surdo, a única forma de evitar a “ociosidade” e os “vícios”. A educação, nesse contexto, funciona como um instrumento para um fim maior: a formação de um trabalhador útil e disciplinado, perfeitamente alinhado com as necessidades de uma sociedade capitalista em desenvolvimento.


*https://doi.org/10.20395/revesp.2026.65.1.170-183*
Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

## O relatório de 1871: entre a missão de "restituir cidadãos úteis" e a definição da profissão "ideal"

No relatório de 1871, o discurso de Tobias Leite sobre a educação se torna ainda mais explícito em sua finalidade ideológica. Se em 1870 a ênfase estava na estruturação do método e na justificação da existência do Instituto, em 1871 o foco se desloca para a missão clara de transformar o que ele chama de "fardos inúteis" em "cidadãos úteis".

Nesse documento, a agência continua centrada na instituição, mas um novo participante surge como prova da eficácia do sistema: o ex-aluno que se torna professor.

1) "*Concorreu para isso não só a maior prática, que vão tendo os Professores, mas o terem tido os alumnos como Repetidor de suas lições o ex-alumno Flausino José da Gama, que manifestou as melhores condições para o professorado*" (1871, p. 5).

2) "*A nomeação desse Repetidor não foi só a satisfacção de uma das mais vitaes necessidades do Instituto, foi tambem um acto fecundo de bons resultados para os alumnos, que animaram-se e regozijaram-se com as lições de um companheiro de infortunio, e para o publico, que, vendo um surdo-mudo educado neste Instituto exercer as funcções de Professor, tem a maior prova da proficuidade do ensino*" (1871, p. 5).

Nesses trechos, a nomeação do ex-aluno Flausino da Gama é um evento central. Ele é o produto bem-sucedido do Instituto, a "maior prova da proficuidade do ensino". O processo mental ("animaram-se e regozijaram-se") atribuído aos alunos serve para legitimar a ação do Instituto. O ex-aluno, antes objeto da educação, agora se torna um instrumento dela, um "companheiro de infortúnio" que valida o sistema.

É nesse relatório também que a missão do Instituto é definida de forma mais contundente, através de um processo relacional que define sua identidade e propósito: sua missão não é fazer homens de letras, é apenas restituir à sociedade como cidadãos úteis os indivíduos que "a natureza ou os accidentes lhe roubaram, e converteram em fardos inuteis, e até nocivos". Essa frase é o núcleo ideológico do projeto de Tobias Leite. A educação não visa a emancipação intelectual ("fazer homens de letras"), mas a funcionalidade social ("restituir cidadãos úteis"). O surdo é definido a priori como um "fardo inútil e até nocivo", e a educação é o processo que o "converte" em algo produtivo. A LSF aqui nos permite ver como a linguagem constrói e naturaliza essa visão, transformando uma premissa ideológica em uma "missão" institucional.

Uma parte significativa do relatório é dedicada a justificar o baixo número de alunos. As circunstâncias de causa são usadas para transferir a responsabilidade para a sociedade externa ao Instituto.

3) "*A ignorancia, quasi geral nas provincias, de que existe este Instituto*" (1871, p. 1).

4) "*O serem os surdos-mudos, na quasi totalidade, filhos de familias indigentes*" (1871, p. 2).

5) "*A mal entendida compaixão que leva os pais desses infelizes a preferir vêlos junto a si, embora mergulhados em hedionda ignorancia*" (1871, p. 2).

Leite constrói um cenário onde o Instituto é uma ilha de progresso e civilização cercada pela "ignorância" das províncias e pela "compaixão mal entendida" das famílias. Essa construção discursiva serve a um duplo propósito: justifica a necessidade contínua da intervenção do Estado e reforça a imagem do Instituto como o único caminho para a salvação do surdo, legitimando sua ação tutelar.

Ademais, se em 1870 o "ensino profissional" era uma necessidade teórica, em 1871 ele


Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

se materializa em uma primeira ação concreta, ainda que individual. O discurso sobre o trabalho se move da abstração para a prática, e Tobias Leite aproveita para reforçar sua visão sobre qual seria a profissão ideal para o surdo brasileiro.

O relatório de 1871 introduz um exemplo prático de profissionalização, que serve como modelo para o projeto maior de Leite. A agência do aluno (processo material) é controlada:

6) "[...] *cedendo aos continuos e instantes pedidos do alumno Joaquim do Maranhão... oontractei um mestre para ensinar-lhe o officio de sapateiro* " (1870, p 7).

7) "*Com tão bôa vontade se applicou, que já faz todo o calçado necessario para os alumnos*" (1870, p. 7).

Este é um dos raros momentos em que um aluno surdo aparece com agência. Joaquim "pede" insistentemente, e depois "se applica" com "bôa vontade". No entanto, essa agência é controlada e enquadrada pelo diretor, que "cede" aos pedidos e "contracta" o mestre. O sucesso do aluno é medido por sua utilidade imediata para o Instituto ("já faz todo o calçado necessario para os alumnos"), transformando sua formação em uma economia para a instituição. Ele é o exemplo do "bom" surdo, que com "boa vontade" se torna produtivo.

Leite aproveita o gancho do ensino profissional para definir qual seria a profissão mais adequada para o surdo brasileiro, revelando o projeto de nação por trás de suas ações: "Persisto na idéia, anteriormente manifestada, de que é a agricultura a profissão que mais convem ao surdo-mudo brazileiro…". Esse processo relacional define a agricultura como a profissão ideal. A escolha não é neutra. Em um Brasil agrário e escravocrata, direcionar o surdo para a agricultura significa inseri-lo na base da pirâmide produtiva, longe dos centros urbanos e das profissões intelectuais. Essa frase não é uma simples opinião, mas uma declaração que atribui uma identidade e um lugar social ao surdo, alinhando sua formação às necessidades da economia agrária do Império.

O relatório de 1871 também aprofunda a discussão sobre o patrimônio do Instituto, e as circunstâncias de tempo e lugar são usadas para definir exatamente quando e onde esse auxílio deve ser aplicado.

8) "[...] *o beneficio do patrimonio deve começar onde acaba a obrigação do Estado, isto é — no momento em que o surdo-mudo, tendo concluido a sua educação, deve deixar o Instituto para lancar-se na vida prática da sociedade* — [...]" (1870, p. 7).

9) "*Abandonal-o n'esse momento, sem meios de prover às imprescindíveis necessidades da vida, é pôr em risco imminente os fructos da educação* [...]" (1870, p. 7).

As circunstâncias de tempo ("no momento em que…"; "onde acaba a obrigação do Estado") são usadas para delimitar o papel do patrimônio. Ele não deve financiar a educação (que é obrigação do Estado), mas sim o momento de transição para o trabalho. A justificativa é o "risco iminente" de perder os "fructos da educação". Isso reforça a ideia de que a educação só se completa com a inserção no trabalho. O patrimônio, portanto, funciona como uma ferramenta para garantir que o investimento do Estado na educação se converta, de fato, em um trabalhador produtivo.

Portanto, a análise do documento de 1871 aprofunda o que foi visto em 1870. O discurso se torna mais assertivo em sua missão de produzir "cidadãos úteis", utilizando o sucesso de um ex-aluno como prova de sua eficácia e culpabilizando a sociedade externa para reforçar sua própria importância. Também se identifica um avanço no projeto de Tobias Leite. O ensino profissional deixa de ser uma abstração e ganha um exemplo prático, que serve de modelo. Ao mesmo tempo, o discurso se torna mais explícito ao definir a agricultura como o destino ideal para o surdo, revelando o projeto de controle social e inserção produtiva que fundamenta a ação do Instituto.


*https://doi.org/10.20395/revesp.2026.65.1.170-183*
Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

A análise sistêmico-funcional revela um discurso notavelmente coeso e consistente na representação da educação e do trabalho de pessoas surdas. As escolhas léxico-gramaticais de Tobias Leite não são neutras; elas constroem ativamente um modelo de sujeito surdo e um propósito para sua educação, que se alinham perfeitamente à ideologia da "utilidade produtiva" discutida na fundamentação teórica deste artigo.

### Contrastes entre o modelo imperial e as perspectivas contemporâneas

Para além da análise histórica, o contraste com as perspectivas contemporâneas de educação de surdos revela uma profunda ruptura paradigmática. O modelo de Tobias Leite, focado em converter sujeitos considerados improdutivos em indivíduos economicamente úteis à sociedade por meio de uma educação instrumental e profissionalizante, cedeu lugar a uma concepção socioantropológica que reconhece a surdez como diferença linguística e cultural, e não como deficiência a ser corrigida (Fernandes; Moreira, 2014). Essa mudança é materializada na educação bilíngue, oficializada como modalidade de ensino pela Lei nº 14.191/2021, que estabelece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua (L1) e o português como segunda (L2). Inverte-se, assim, a lógica oralista e normalizadora que historicamente marginalizou a língua de sinais.

Essa ruptura se estende à formação profissional. A visão de Leite, que direcionava o surdo para ofícios manuais e para a agricultura como a "profissão que mais convém ao surdo-mudo brazileiro", é substituída pela abordagem da atual Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (DIEPRO) do INES. O foco contemporâneo está em "valorizar as potencialidades" do sujeito surdo e "promover o exercício da cidadania" (INES, 2023), oferecendo um leque de possibilidades profissionais em vez de um destino pré-determinado. A própria agência do sujeito surdo, quase ausente nos relatórios do século XIX, em que ele era majoritariamente um receptor passivo da ação institucional, torna-se central. Os movimentos surdos, a partir da década de 1990, reivindicaram e conquistaram um lugar de protagonismo, transformando o sujeito tutelado em sujeito de direitos.

Portanto, o contraste entre os dois momentos históricos evidencia uma descontinuidade fundamental: a passagem de um modelo de tutela, que visava a inserção subordinada do surdo na estrutura produtiva, para um modelo que, ao menos no plano legal e conceitual, busca garantir o pleno desenvolvimento do sujeito, sua identidade linguística e cultural, e sua autonomia. Se o discurso de Leite materializava explicitamente a ideologia do capital, as políticas contemporâneas refletem as conquistas de movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento da diferença e pela garantia de direitos. A análise histórica, nesse sentido, serve como um contraponto crítico para avaliar os avanços e os desafios que persistem na efetivação dessas novas concepções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise linguística permitiu reconhecer que a educação, nesses documentos, não é representada como um fim em si mesma, nem como um processo de emancipação intelectual ou de desenvolvimento humano pleno. Pelo contrário, os processos verbais e relacionais a definem consistentemente por sua função instrumental. A frase-chave do relatório de 1871 — de que a missão do Instituto não é "fazer homens de letras", mas sim "restituir à sociedade como cidadãos uteis os individuos que a natureza ou os accidentes lhe roubaram, e converteram em fardos inuteis, e até nocivos" — sintetiza essa visão. A educação, nesse contexto, é um processo de conversão: ela transforma o "fardo inútil" em "cidadão útil".

Os surdos, como participantes nesse processo, são consistentemente posicionados como sujeitos passivos. Eles são aqueles que "recebem" a instrução, que são "premiados", "entre-


Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

gues" ou "reclamados". A agência é sempre externa, pertencente ao Instituto, ao diretor, aos professores e ao Estado. Mesmo quando um aluno demonstra agência, esta é enquadrada e controlada pela autoridade do diretor, que "cede" ao pedido e cujo sucesso é medido pela utilidade imediata para a instituição.

O trabalho funciona como o ponto de chegada e a validação final do processo educacional. A análise revela que a "instrucção litteraria" é desvalorizada se não estiver atrelada à "habilitação para o trabalho", sendo considerada um "dom quasi improficuo". Ter uma ocupação profissional é, portanto, o que confere valor à educação. Assim, o discurso de Leite constrói o trabalho como a única forma de redenção social para o surdo, para escapar da "ociosidade e dos vícios". Essa construção ideológica justifica a necessidade de um ensino profissionalizante que não visa a vocação ou o talento individual, mas a inserção do sujeito em um lugar produtivo pré-determinado. A sugestão da agricultura como profissão é particularmente reveladora. Em um país agrário, essa escolha discursiva direciona o sujeito surdo para a base da estrutura produtiva, reforçando um modelo de sociedade onde cada um ocupa um lugar funcional e pré-definido, conforme discutido por Frigotto e Ciavatta (2003).

Com isso, a análise demonstra que a educação e o trabalho são tomados como um processo unificado de formação de mão de obra disciplinada. A educação é o meio; o trabalho é o fim. As escolhas linguísticas de Tobias Leite, analisadas através da LSF, materializam a ideologia do capital, em que o valor de um indivíduo é medido por sua capacidade de produzir mais-valia e de se tornar um "cidadão útil" para a manutenção da ordem social e econômica. O discurso de benevolência e caridade, evidenciado por termos como "infelizes" e "regeneração", serve como uma justificativa moral para um projeto que é, em sua essência, econômico e de controle social.

A presente pesquisa concentrou-se em dois relatórios específicos de um único diretor, Tobias Leite, oferecendo um recorte temporal e institucional bem delimitado. Dessa forma, estudos futuros poderiam ampliar o escopo da pesquisa, analisando comparativamente, por exemplo, os relatórios de outros diretores do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, a fim de identificar continuidades e rupturas discursivas ao longo do tempo. Outra via de investigação promissora seria a análise de documentos de outras instituições de ensino para surdos no Brasil ou em outros países durante o mesmo período, permitindo uma compreensão mais ampla das redes de discursos que moldaram a educação de surdos no século XIX. Por fim, a busca por fontes que registrem as vozes dos próprios sujeitos surdos da época, como cartas ou outros registros pessoais, poderia oferecer um contraponto fundamental às representações oficiais aqui analisadas, enriquecendo o debate sobre agência e identidade.

## REFERÊNCIAS


BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Directoria Geral de Estatística**. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1876.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias lingüísticas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 385-417, 1999.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar**



*https://doi.org/10.20395/revesp.2026.65.1.170-183*
Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons

**em Revista**, Curitiba, n. spe-2, p. 51-69, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.37014. Acesso em: 13 nov. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GONÇALVES SEGUNDO, Paulo Roberto. Linguística Sistêmico-Funcional e Análise Crítica do Discurso: explorando convergências e explicitando especificidades. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 1978, v. 43, n. 3, p. 1282-1297, 2014.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4. ed. London: Routledge, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional – DIEPRO. Brasília: INES, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/ines/pt-br/educacao-basica/diepro. Acesso em: 13 nov. 2024.

LEITE, Tobias Rabello. **Relatorio do Director**. Rio de Janeiro: Instituto dos Surdos-Mudos, 1870. Disponível em: http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/410. Acesso em: 8 out. 2025.

LEITE, Tobias Rabello. **Relatorio do Director.** Rio de Janeiro: Instituto dos Surdos-Mudos, 1871. Disponível em: http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/handle/123456789/381. Acesso em: 8 out. 2025.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital:** resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1974.

ROCHA, Solange. **Instituto Nacional de Educação de Surdos:** uma iconografia dos seus 160 anos. Rio de Janeiro: INES, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WESTIN, Ricardo. **1º Censo do Brasil, feito há 150 anos, contou 1,5 milhão de escravizados.** Senado Notícias, Brasília, 5 ago. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1o-censo-do-brasil-feito-ha-150-anos-contou-1-5-milhao-de-escravizados. Acesso em: 25 set. 2025.

*https://doi.org/10.20395/revesp.2026.65.1.170-183*
Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons